

AÇÕES DOMESTICADORAS NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA 12 DE JULHO/RS

LARISSA MATTOS DA FONSECA

RESUMO *Este texto objetiva qualificar e sistematizar ações agrícolas praticadas no Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho/RS. Mediante a união de categorias e métodos dos temas antropológicos da técnica e da domesticação, estudam-se as ações de cultivo e forrageio de um vegetal em específico, a radite, e a ação de abandono de hortas e roças. Assim, delinea-se de que modo ações agrícolas, identificadas como domesticadoras, estão mutuamente organizadas, compondo uma diversidade técnica que o artigo argumenta ser geradora da biodiversidade do assentamento.*

PALAVRAS - CHAVE *Técnica, Domesticação, Biodiversidade, Assentamento de Reforma Agrária.*

DOMESTICATING ACTIONS IN THE LAND REFORM SETTLEMENT 12 DE JULHO/RS

ABSTRACT *The object of this text is to qualify and sistematyze agricultural actions practiced at the Land Reform Settlement 12 de Julho/RS. Through the union of categories and methods from the anthropological themes of technique and domestication, the article studies actions of cultivations and foraging of an specific plant, the radite, as well as the action of abandonment of gardens and other cultivated plots. Thus, the text outlines the way in which agricultural actions, identified as domesticating actions, are mutually organized, composing a technical diversity that, according to this article's arguments, generates the Settlement's biodiversity.*

KEYWORDS *Technique, Domestication, Biodiversity, Land reform settlement.*

Este artigo tem como objetivo descrever ações de forrageio, cultivo e abandono – técnicas agrícolas presentes no Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho/RS, com o intuito de constatar sua sistematização local como ações domesticadoras que geram biodiversidade doméstica na mesma medida em que expressam diversidade técnica. Desde já, convém tornar nítidos dois conceitos que balizarão o texto: técnica e domesticação. Técnica aqui é compreendida como “uma relação que abarca humanos e não humanos, mediada ou não por objetos, orientada por algum tipo de finalidade ou devir, e que assume um caráter significativo para os modos de existência de seres e coisas envolvidos” (SAUTCHUK, 2017, p. 11). Por sua vez, a domesticação consiste em um conjunto de ações domesticadoras: interações contínuas e cotidianas entre determinados humanos e determinados não humanos, que geram modificações profundas em ambas as partes nelas envolvidas (DIGARD, 2012).

Embora carreguem diferenças, técnica e domesticação se interseccionam no que toca à relação entre humanos e outras espécies naturais, notadamente, animais e vegetais. Mais do que relações em sentido genérico, essa intersecção reúne, particularmente, ações, isto é, movimentos e gestos (aparamentados ou não por ferramentas e outros materiais) dos humanos sobre o corpo e o comportamento da espécie visada e/ou sobre o seu meio. Assim, fundamentada simultaneamente nas perspectivas da técnica e da domesticação, a etnografia observa quais ações concretas vinculam humanos e outras espécies. A pesquisa atenta para as razões da eficácia de tais ações, ou seja, para os efeitos esperados e seus critérios conforme a perspectiva dos interlocutores. E, por fim, observa de que maneira o arranjo ordenado das diversas ações é conformado, entre si e em relação às demais práticas sociais e ideias da sociedade em questão. Tendo em vista a premência aqui conferida à técnica, este artigo difere de outras abordagens atuais que optam em imputar agência aos não humanos e dar ênfase às consequências ontológicas das

relações entre humanos e não humanos, assim como apreender as relações humanos/vegetais como uma negativa à domesticação, propondo processos de antidomesticação (CARNEIRO DA CUNHA, 2019; CABRAL DE OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Por isso, este artigo, quando descreve ações de forrageio, cultivo e abandono, não se concentra nos resultados botânicos ou alimentares de tais práticas. Ao contrário, a descrição e a argumentação atentam às operações técnicas relativas às interações entre agricultoras assentadas e diferentes variedades de uma planta, em especial, a radite. O termo “radite” é bastante genérico e encobre uma diversidade de folhagens comestíveis e amargas, as quais se encontram em diferentes espaços do assentamento, distribuição espacial nada fortuita, como veremos. O problema central do artigo é motivado não por um porquê nem por um o quê, mas sim por um como, questão que se mostrou frutífera em demonstrar ações de potencialidade criadora de biodiversidade e do modo como determinadas técnicas (ações domesticadoras) são objetivadas nas próprias plantas.

Estruturado em duas seções, descreve, na primeira seção, as variedades de radite encontradas no Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho, para, então, discorrer sobre ações técnicas implicadas na relação agricultoras/radites: ações técnicas qualificadas e diferenciadas por seus espaços de atuação e práticas agrícolas relativas às matas, às hortas e aos espaços de pousio.

Na segunda seção, caracterizam-se as ações técnicas, segundo critérios de qualificações de ações diretas positivas e ações indiretas negativas de André-Georges Haudricourt. A saber, as ações são diretas quando agem sobre o corpo do animal ou vegetal desenvolvido; indiretas quando agem sobre o meio em que esses seres vivem. Além disso, as ações são positivas quando determinam um modo particular de desenvolvimento dos seres; negativas quando apenas impedem que um ou outro modo de desenvolvimento se efetive (HAUDRICOURT, 2013 [1962]). Ainda nessa seção, seguindo a proposta de Carole Ferret (2014)

que preconiza a multiplicação e a flexibilização dos critérios erigidos por Haudricourt, a fim de desenvolver uma antropologia das ações sem reduzir em tipos externos a diversidade constatada etnograficamente, é proposto um desdobramento dos modos de ações negativas em dois modos etnográficos distintos: o *deixar se fazer* e o *deixar de fazer*. Por fim, o artigo conclui que as ações domesticadoras do Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho, como ações técnicas variadas, em seus modos de ação, são escolhas técnicas que geram biodiversidade na mesma medida em que geram tecnodiversidade (HUI, 2020, p. 123) agrícola no assentamento.

FORRAGEAR PARA CULTIVAR E ABANDONAR PARA FORRAGEAR

A ocupação da fazenda Annoni, em 1985, foi um dos primeiros atos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento popular fundado em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná (FERNANDES, 2008). A ação de ocupação da Annoni foi realizada por cerca de mil e quinhentos agricultores do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, iniciou-se em 1985 e levou ao assentamento de famílias no próprio local e em outras regiões do estado, processo de distribuição que se estendeu até 1993 (DICKEL, 2017). Após esse período, o MST estava consolidado como movimento e conquistou as primeiras redistribuições de terra via ação popular no país. Uma parcela pequena do grupo inicial se assentou nas terras da antiga fazenda. Muitos agricultores foram assentados em outras terras improdutivas das regiões noroeste e norte do estado, e uma parte das famílias foi redistribuída para outras regiões do Rio Grande do Sul. As terras destinadas aos assentamentos criados nas décadas subsequentes foram compradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Resultaram da política de assentamento iniciada pelo governo Sarney, que

apresentou soluções localizadas, não uma solução geral para a problemática agrária do país (FERNANDES, 1998).¹

¹ Tais dados históricos podem ser confirmados pela bibliografia indicada. No entanto, a descrição aqui é feita, principalmente, com base nas narrativas das assentadas e dos assentados do Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho em interlocução com a pesquisadora durante o período de trabalho de campo, transcorrido de 2015 a 2019.

O grupo de agricultores que conforma o Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho fez parte do contingente maior que acampou na Annoni. Após essa primeira ocupação, um pequeno grupo foi assentado no 5º distrito de Canguçu, cidade localizada na Serra dos Tapes, parte serrana do Pampa, no extremo sul do Rio Grande do Sul. O 12 de Julho teve início em 1989. No decorrer dos trinta e dois anos de existência do assentamento, as agricultoras e os agricultores trabalharam na criação de gado leiteiro, na subsequente produção de laticínios e no cultivo de feijão, atividades integradas às cooperativas do MST. Atualmente, a maioria dos agricultores assentados tem por volta de setenta anos. São aposentados e praticam atividades agrícolas de produção e consumo internas ao assentamento.

Na década de oitenta, quando as agricultoras do 12 de Julho chegaram à Serra dos Tapes, não conheciam a maioria das plantas locais. Vindas de uma região de Mata Atlântica, estranharam a vida botânica do Pampa. Para o alívio de todos, as agricultoras encontram nas matas do lugar uma antiga conhecida, a radite:

Lá no começo, quando chegamos, não tinha nada. A gente até trouxe algumas mudas de mandioca, mas demora pra crescer. E tinha que alimentar as crianças, Vai fazer o que? A mulherada se meteu no meio de mato e saiu catando radite. Assim foi uns quantos anos, caminhando para pegar água no córrego e aproveitando para catar radite (Lourdes, agricultora e assentada, em entrevista em 2019).

Nos três primeiros anos do assentamento, o forrageio de radite foi essencial para a alimentação dos assentados. Hoje, trinta anos depois, a velha conhecida segue como companheira das agricultoras, agora não mais como produto alimentício cotidiano – afinal, há arroz, feijão e carne para comer. O forrageio de radite, no entanto, permanece como uma prática esporádica das agricultoras em diferentes

espaços agrícolas do assentamento e fomentou práticas de replantio de radite em pequenas hortas. Práticas relacionais entre as agricultoras assentadas e as radites, que ocorrem, principalmente, entre as matas e as hortas, e, entre as roças e as capoeiras do local. As hortas, roças e capoeiras são espaços mantidos por cada unidade agrícola familiar assentada. Não há, atualmente, a manutenção de espaços agrícolas coletivos. As matas são estreitas faixas de vegetação nativa que se mantêm no entorno de nascentes e córregos.

As hortas são pequenos espaços, bem próximos às casas, e situam-se na esfera feminina do assentamento. Normalmente, são rentes à entrada para a cozinha, e, a menos que seja uma horta recém-feita (de um ano, no máximo), são espaços pouco capinados e abarrotados de plantas que estão todas misturadas sem respeitar divisões por cultivar.

As roças, em contrapartida, são extensões de terras à média distância das casas, mantidas pelo trabalho de toda a unidade doméstica, isto é, homem, mulher e, quando presentes, filhos. São espaços grandes, constantemente capinados e subdivididos em diferentes cultivares: plantios de milho, mandioca, feijão, melancia, abóbora etc. As roças são mantidas por períodos determinados, a depender do tipo de cultivar, dos tipos de manutenção etc., e, então, são abandonadas. O abandono das roças é prática que visa ao descanso dos solos, à recuperação de seus nutrientes etc., e, durante esse período, o espaço passa a ser denominado capoeira. As capoeiras são espaços agrícolas momentaneamente apartados dos trabalhos de capina e, portanto, caracterizados pela presença de plantas daninhas e velhas mudas de cultivares não colhidas por apresentarem defeitos e plantas em semente.

“Radite” é nome que abarca uma pluralidade de plantas amargas, diferentes espécies botânicas comestíveis como salada verde. Segundo a percepção das agricultoras, o conjunto das radites inclui tanto saladas como: o almeirão-

-branco, o almeirão-roxo, a língua-de-vaca e o pão-doce, quanto ervas-daninhas como: o dente-de-leão, o piçacam e a serraia. Para fins de análise, por corresponderem práticas distintas por parte das agricultoras, distinguirei duas variedades de radite, partindo da especificação salada e erva daninha: há assim, a radite salada e a radite daninha. A primeira variedade de radite está diretamente relacionada às práticas de forrageio nas matas do assentamento e, concomitantemente, às práticas de replantio de mudas forrageadas nas pequenas hortas do local. Já a segunda variedade de radite resulta de práticas de abandono das roças, do subsequente forrageio das capoeiras e da ausência de práticas de replantio nessa área.

Em síntese, a radite salada só é encontrada nas matas e replantada nas hortas; a radite daninha só é encontrada nas capoeiras e não é replantada em hortas. Nesse sentido, as dinâmicas mais comuns das agricultoras com a radite são: forragear radite salada na mata para, na sequência, cultivá-las em pequenas hortas; e forragear radite daninha em capoeiras para serem servidas à mesa.

Caminhar pelas matas do 12 de Julho é uma das atividades das agricultoras assentadas, dentre as inúmeras tarefas cotidianas como roçar, tratar os bichos, produzir queijo etc. A visita à mata, por vezes, ocorre só de passagem, quando estão indo para o pasto e param rapidamente, pois viram uma boa muda almeirão-roxo ou um pedaço de camboim². Outras vezes, tiram parte da tarde para caminhar à procura de novas mudas de bromélias e novos cactos para arrumar melhor o quintal. Outras visitas ocorrem para pegar mudas de guabijus, pitangas e procurar novas variedades de radite salada, todas para serem replantadas nos pomares e nas hortas.

Coletar na mata para, em seguida, cultivar na horta, é uma dinâmica que resulta em hortas abarrotadas de radite

² Árvore cuja madeira é usada na fabricação de ferramentas agrícolas.

salada. No entanto, em seu cotidiano, atualmente, as assentadas e suas famílias não se alimentam dessas folhas. Assim, parte significativa das hortas não tem finalidade diretamente alimentícia. Forrageia-se e planta-se radite salada pelo prazer de forragear e plantar. Isso não quer dizer que as agricultoras nunca comam radite, pois, em muitas ocasiões, ela é posta à mesa. Vale destacar que nessas ocasiões, a radite servida como alimento não é a radite salada, mas a radite daninha.

A horta de Iolanda, uma das assentadas, abriga todas as variedades de radite salada encontradas na mata. No entanto, a agricultora não cultiva sua radite favorita, o piçacam, uma radite daninha, portanto não replantada nas hortas. O piçacam, apesar de poder ser encontrado nas matas, é majoritariamente forrageado nas capoeiras. Os momentos de coleta dessa radite daninha são ocasionados por eventos específicos. Certa manhã, Iolanda me contou que havia sonhado com seu já falecido pai e que ele, durante toda a sua infância, na volta da roça, ao passar por capoeiras e matas a caminho de casa, trazia os piçacam que encontrava no caminho para que sua mãe preparasse as folhas fritas com carne suína. Nesse mesmo dia, na hora do almoço, Iolanda calçou suas galochas e saiu para buscar piçacam. Uma refeição com piçacam, ou com outro tipo de radite daninha ou radite salada, ocorre em momentos de saudades, ocasionados por sonhos, mas também em datas comemorativas, aniversários dos seus mortos, visitas que chegam ao assentamento ou, em um modo mais simples, quando alguma conversa entre comadres as faz relembrar dos primeiros anos de assentamento em que a radite, do mato e da capoeira³, alimentou seus filhos.

O forrageio e o cultivo de radite são ações que coexistem no 12 de Julho, e não são mutuamente excludentes. O forrageio de radite não só não impede a ocorrência do plantio de radite como fomenta-o. A coleta de novas varie-

3 As terras nas quais as agricultoras se assentaram eram antigas lavouras de soja que, uma vez abandonadas, tornaram-se espaços de capoeiras.

4 A multiplicidade de plantas que qualifica as hortas do 12 de Julho não resulta dos hábitos alimentares dos assentados. Essa diversidade hortícola é impulsionada pela curiosidade e criatividade das agricultoras, plantar para ver no que vai dar, assim como por questões afetivas, recordar a terra deixada no processo de assentar e para relembra-los os primeiros anos de assentamento.

5 Criação aqui faz referência ao que é construído, ao que emerge da relação e da criatividade. Não se trata de um termo para designar junta de gado ou vara de porcos.

dades de radite, ou de variedades que estavam perdidas, é impulsionada pelo prazer que as agricultoras têm em possuir hortas variadas⁴. E a existência de hortas variadas decorre, também, das ações de forrageio.

O forrageio e o plantio em hortas, tal qual atividades recíprocas, são aqui compreendidos como ações domesticadoras (DIGARD, 2012; 2003) e, em consequência, fazeres que criam biodiversidade doméstica (DIGARD, 2012) nas hortas das agricultoras, no Assentamento 12 de Julho. O antropólogo francês Jean-Pierre Digard (2012) conceitua domesticação como uma ação relacional de criação⁵. Domesticação, para o autor, não é um processo acabado e datado, nem mesmo um estado animal ou vegetal. Não se trata de uma ordem classificatória evolutiva e dicotômica entre espécies não domesticadas e já domesticadas:

Por domesticação, entendo a ação que os homens exercem sobre os animais [leia-se “plantas” para o nosso caso] que possuem [...] Essa ação domesticadora é identificada não em vista de um resultado, pois a ação sempre precede seu resultado, mas em função de um projeto: fazer algo – nunca se sabe bem o que – com um animal [...] A ação domesticadora é exercida, a princípio, sobre animais concretos, não sobre as espécies (DIGARD, 2003, p. 36).

Com efeito, fica claro que há uma relação que, por meio de processos contínuos e cotidianos, cria novas relações, novas variedades e novas paisagens. Em síntese, equivalem-se o estudo antropológico da domesticação e a descrição e sistematização de ações domesticadoras (DIGARD, 2003), configuradas em múltiplas práticas do dia a dia. Ação domesticadora, nessa perspectiva, é a dinâmica que cria novas variedades animais ou botânicas.

Digard (2012) propõe que ações domesticadoras são relações geradoras de modificações profundas nas espécies

não humanas e nas organizações sociais. Tais ações fomentam a biodiversidade doméstica (DIGARD, 2012), definida pelo autor como uma biodiversidade construída, criada, emergente de determinadas relações, e não uma biodiversidade “natural” e universal que, de modo “selvagem”, intocado, sempre esteve ali e independe de ações humanas.

Logo, com inspiração nos estudos de Digard, a relação entre a radite e as agricultoras pode ser compreendida como um grupo de ações potencialmente domesticadoras, que podem ser descritas e qualificadas a partir de dois eixos. O primeiro eixo é constituído por ações de forrageio nas matas, seguidas de replantios em hortas e seu abandono, provocado pelo assementar das plantas, isto é, pelo tornar-se semente. O segundo eixo de descrição é constituído por ações de abandono de roças seguidas do forrageio nas capoeiras.

No que diz respeito ao primeiro conjunto de ações, pode-se afirmar que as cotidianas e contínuas idas e vindas das agricultoras – para forragear radite salada nas matas e cultivá-la nas hortas – possibilitam a existência de uma diversidade de radite convivendo em um mesmo espaço: as hortas. Tais plantas, com o passar dos anos, assementam juntas, o que propicia a emergência de novas variedades. O processo do assementar provoca um crescimento exponencial das plantas da horta – pés de alface de meio metro de altura ou pés de laranja cujos galhos chegam ao chão impossibilitando que alguém caminhe embaixo deles. Com o envelhecimento pelo tempo de maturação e pela transformação vital da vegetação, as hortas são abandonadas pelas agricultoras. Esse abandono se dá, também, graças à reciprocidade obrigatória entre comadres e parentes. É preciso dar mudas e sementes para as comadres, e, para ter um estoque ao qual recorrer, convém deixar que as plantas cresçam e assementem, o que, por sua vez, demanda o abandono dessas hortas.

Em contrapartida, é preciso receber mudas das comadres e das visitas, o que às vezes significa deixar que o pé de ameixinha que um sobrinho quis plantar durante as férias mate seu pé de abacate, como foi o caso de Tilino, que, aliás, está até hoje sem comer abacate.

As mudas e sementes de parentes (recebidas e dadas, já que para dar é preciso assementar) e plantas de forrageio envelheceram a horta. Isso quer dizer que chega um ponto em que as hortas não comportam mais novas mudas. Além disso, as plantas que lá estão já não são usadas como alimento, a exemplo da alface que vira semente e não mais folha comestível. As agricultoras, então, abrem novas hortas. Esse ciclo de envelhecimento das hortas leva de dez a quinze anos. Dentre as unidades familiares do 12 de Julho, existem lotes com duas, três, por vezes, quatro hortas. Mas apenas uma delas está em ativa, todas as outras estão abandonadas. Em resumo, após forragear a radite salada nas matas e cultivá-las nas hortas domésticas, as agricultoras deixam que suas hortas envelheçam e não mais podam, plantam, replantam ou colhem cotidianamente nesses espaços.

No que diz respeito ao segundo conjunto de ações, pode-se afirmar que o piçacam – como já dito, uma radite daninha – é forrageado em capoeiras e não replantado, o que significa que não está presente nas hortas. Essa variedade de radite não dá, isto é, não brota em espaços de mata, lugares “naturais”, mas apenas em espaços mexidos e remexidos pelas agricultoras: as roças abandonadas. Depois de anos em uso, as roças apresentam um solo exaurido. Nesse ponto, a prática agrícola comum é o abandono da roça, que, então, passa a ser uma capoeira, seguido da abertura de um novo espaço de roça – que pode ser uma capoeira antiga, cujo solo já está regenerado, ou um novo espaço. Abandonar uma roça é deixar, dentre outras ações práticas, de capinar, ou seja, é deixar de limpar e revirar a terra. Essa

omissão proposital faz com que brotem diversas radites daninhas, como a serraia, o dente-de-leão e o piçacam.

Destaca-se que o forrageio do piçacam em capoeiras é contínuo ao longo dos trinta anos do assentamento, mas não é cotidiano. Nos anos oitenta, as agricultoras e os agricultores assentaram-se sobre antigas lavouras de soja, e realizaram o forrageio dessa radite nos anos que se seguiram. Nos últimos vinte anos, no entanto, as práticas de cata da radite tornaram-se atividade ocasional; são ações que foram, de certo modo, interrompidas, não integrando mais o dia a dia das mulheres.

A princípio, essa ausência de ação cotidiana em relação às radites daninhas poderia impedir que a análise qualificasse a relação entre essas plantas e as agricultoras como ação domesticadora. Entretanto, propõe-se que um olhar mais atento a tais ausências de ações demonstrará que o abandono das roças e hortas e, conseqüentemente, a interrupção das capinas potencializam a emergência de determinadas radites que não brotariam na presença cotidiana de ações de limpeza. Aqui, é importante salientar a distinção entre contínuo e cotidiano. Numa dimensão etnográfica, é possível descrever as radites daninhas como plantas antrópicas, ocasionadas pela presença contínua, porém não cotidiana, de humanos em seus espaços. Ao contrário, a presença cotidiana impediria a emergência de tais vegetais.

A relação entre as agricultoras e a radite abarca, portanto, dois modos de ações domesticadoras. Um implica a ação para com a radite daninha, ação de abandonar para forragear; outro, para com a radite salada, é a ação de forragear para cultivar e, em seqüência, abandonar. Na horta, deixam acumular e crescer vegetais que foram plantados (ou transplantados): um acúmulo é estabelecido para o desenvolvimento de sementes. Na capoeira, deixam nascer vegetais que antes foram capinados: uma intervenção comum é interrompida para o desenvolvimento de plantas.

MODOS DE AÇÃO: DEIXAR *SE FAZER* E DEIXAR *DE FAZER*

A horta abandonada e a capoeira podem ser qualificadas como práticas de pousio. O pousio é a ação de intercalar os solos cultivados, isto é, uma ação de regeneração do solo que integra todo o sistema agrícola em questão. Depois de alguns anos plantando em determinada área, procura-se uma terra que esteja descansada, ao passo que se deixa a velha roça ou horta em repouso. Esse processo coloca em movimento os espaços em cultivo. O pousio aqui não é um processo restrito à técnica de coivara – a técnica de queima do terreno visando à abertura de espaço e fertilização. Pousio, no que diz respeito à agricultura no Assentamento 12 de Julho, é o efeito do abandono das roças e hortas. Como indicou André-Georges Haudricourt (1964) para a agricultura do povo Canaque na Nova Caledônia (na Oceania), o pousio é um espaço em processo de recriação pela ação indireta do agricultor, devido ao “esquecimento” de colher algumas mudas e pelo descarte de sementes “defeituosas”. Em outros termos, o pousio é uma lavoura ou horta em devir e as lavouras e hortas são pousios em devir.

Colocando em foco o abandono de roças e hortas, as relações domesticadoras podem ser compreendidas como uma construção de biodiversidade que não passa necessariamente pela presença constante de humanos nos espaços de crescimento das plantas. Essa compreensão encontra respaldo em pesquisas como as de Haudricourt, em que as relações entre humanos e não humanos podem ser compreendidas em diferentes tipos de ações: ação indireta negativa e ação direta positiva.

Ação direta positiva é aquela que implica contato direto e simultâneo entre o humano e o corpo do animal ou vegetal. Por outro lado, e de maior interesse para nós, a ação indireta negativa é toda prática “em que não há jamais

contato brutal no espaço nem simultaneidade no tempo com o ser domesticado” (HAUDRICOURT, 2013 [1962], p. 02). Segundo o autor, o modo de ação indireta negativa pode ser tomado como uma analogia metódica de retorno à “natureza”, e o modo de ação direta positiva, como prática que leva ao artifício. Tais qualificações das ações domesticadoras fomentam a descrição que faço das práticas relacionais – entre agricultoras e matas, hortas e hortas abandonadas, e entre agricultoras e capoeiras – diferenciadas, a título de análise, entre um *deixar se fazer* e um *deixar de fazer*.

A ação do *deixar se fazer* implica deixar a planta assementar, a horta envelhecer, sem que se deixe, no entanto, de estar constantemente atento aos processos fisiológicos vegetais. As agricultoras sabem quando as plantas estão em ponto de brotar, o tempo de dormência das sementes etc. Em outras palavras, o *deixar se fazer* é acompanhar sem interferir. Por outro lado, o *deixar de fazer* é interromper uma intervenção e depois sequer acompanhar. O piçacam assementa nas capoeiras; contudo esse processo não é expressivo para as agricultoras, que apenas o “descobrem” já maduro, sem maiores preocupações quanto ao seu bom desenvolvimento. Para elas, o piçacam é *guaxo*⁶ e *guaxo* sempre dá. O *deixar de fazer*, assim, trata da ação de abandonar a roça seguida de certa displicência para com esse espaço.

Os espaços de capoeiras só voltam a importar no momento efêmero de um novo forrageio. A bem dizer, o *deixar de fazer* envolve uma agricultora e suas próprias ações, as quais ela decide interromper, já o *deixar se fazer* envolve uma agricultora e a planta, cujas ações se tornam, temporariamente, o meio exclusivo de transformação vegetal em que a agricultora confia. É nítido que as ações estão relacionadas e podem ser complementares, o que não apaga uma diferença: em uma, o objeto do projeto são as ações da agricultora agora interrompidas; na outra, o objeto do pro-

6 Guaxo é um termo que faz referência a plantas que nascem sem serem plantadas, termo que está em oposição simétrica ao termo miudeza, plantas domésticas cultivadas em roças e hortas.

jeto são as ações da planta, então deixadas livres das mãos humanas.

A possibilidade de uma ação criadora de biodiversidade no assentamento emerge de um *deixar a mata se fazer*, uma vez que é do forrageio na mata, deixada a seus próprios processos vitais apartados de ações diretas humanas, que emergem novas possibilidades criativas nas hortas. A domesticação praticada no 12 de Julho, compreendida nos termos propostos por Digard e desdobrada em ações qualificadas segundo as distinções propostas por Haudricourt, abarca os espaços de mata, cuja costumeira ausência humana não é signo de um nulo cognitivo, mas consequência prática de um sistema de ações em que se eximir é também uma atitude de relação com o Outro (HAUDRICOURT, 2013 [1962]). De outro lado, o piçacam e demais radites daninhas são produtos do desassistir e não de um *deixar se fazer*. Diferentemente da horta abandonada com a função específica de conservação de sementes, a roça abandonada é lugar de um *deixar de fazer*: o não roçar atua como tempo de descanso da terra e espaço de ervas daninhas, sendo a radite daninha uma delas. Uma vez que se volta a atenção ao *deixar de fazer*, compreende-se que a distância entre as agricultoras e as roças é fundamental para a permanência do piçacam, assim como a existência anterior da roça naquele local. A radite salada da horta e a radite daninha das capoeiras são, ambas, consequências de ações indiretas – nos termos de Haudricourt, indiretas negativas – das agricultoras para com antigas roças e hortas.

O *deixar se fazer* e o *deixar de fazer* são ambos constitutivos do abandonar como ação domesticadora. A distinção entre eles é caracterizada pela diferenciação entre plantas cujo processo do assementar é objeto de percepção e significação para as agricultoras – a exemplo das plantas da horta e da mata, como um sistema mais ou menos autor-

regulado –, e plantas cujo processo do assementar não é tão significativo – a exemplo das plantas de capoeira. O *deixar de fazer* não seria possível com as plantas de horta e das matas, pois elas são menos resistentes à chegada de agroquímicos nas redondezas e mais sensíveis a tempestades – principalmente as hortas. Essas plantas, por serem mais sensíveis, necessitam de um olhar atento, nem que seja para apenas lamentar a perda de uma semente, afinal não se pode fazer muito diante de uma tempestade ou dos aviões de veneno dos vizinhos do assentamento. De maneira distinta, não se lamenta a perda de um piçacam. Eles sempre estão lá, são acostumados com a penúria da terra, com resíduos químicos, tempestades etc.

Essas duas formas de ação, em termos analíticos, descrevem *como* as agricultoras agem em relação às plantas de horta e de capoeira. O foco no *como* as pessoas agem resulta da prerrogativa de que não se pode observar diretamente uma técnica, o que se pode ver são pessoas fazendo coisas (SIGAUT, 1994), e da prerrogativa analítica dos modos de ação proposta por Carole Ferret (2014), que argumenta em defesa do *como* e aloca o foco no processo ao dar ênfase às formas de ação. Ferret parte do enquadre teórico de Haudricourt a respeito da qualificação das ações domesticadoras como ações diretas positivas e ações indiretas negativas. Porém, pontua a necessidade de ampliação de tal sistema binário, uma vez que ele se torna menos eficaz nos pormenores das realidades etnográficas, e propõe que “ações dirigidas rumo a outros seres vivos não são apenas sobre ‘fazer’, mas muito frequentemente sobre ‘fazer o outro fazer’”, pois ambas as partes são agentes (sejam elas humanas ou não)” (FERRET, 2014, p. 282, tradução minha)⁷. Assim, a autora propõe esmiuçar aquilo que Haudricourt enxergou em termos de operações no âmbito das manipulações dos seres vivos, eles mesmos capazes de ações. Essa transição não é banal, pois, se a operação diz respeito a “fazer algo”, as manipulações são responsáveis por “fazer o outro fazer”. Além do mais, essa mudança na identificação das ações

7 *Actions directed towards other living things are not only about ‘doing’, but very commonly about ‘making the other do’, as both parties are agents (whether or not they are human)”* (FERRET, 2014, p. 282).

possibilita esmiuçar ainda mais as distinções entre ações negativas e indiretas, porque, como se verá, há uma diferença entre se omitir e interromper uma intervenção.

Desse modo, a atenção etnográfica observa, além dos gestos e omissões humanas, as ações dos próprios animais ou plantas mediante tais atitudes humanas. Espera-se reforçar que os dois modos de abandono dos vegetais, do *deixar de fazer* e do *deixar se fazer* no assentamento constituem duas ações domesticadoras que seguem critérios distintos.

Na fórmula da manipulação – “fazer o outro fazer” –, o primeiro verbo se refere à ação de um sujeito em direção a um objeto, ao passo que apenas no segundo verbo se efetiva o objetivo final do sujeito inicial. Ademais, Ferret recorre a essa analogia linguística para enfatizar que, como na gramática, sujeito e objeto são facilmente reversíveis e dependem do predicado de cada frase. Logo, seu propósito não é ontológico, ou, posto de outro modo, a questão colocada não é sobre cristalizar a agência ou a subjetividade dos não humanos. Pelo contrário, o foco não está nos entes, humanos ou não, mas nos modos com os quais as ações vinculam uns e outros de maneiras variáveis. Daí a observação cautelosa dos fenômenos técnicos, isto é, da “relação dos humanos com algo que, em alguma medida, difere deles mesmos” (SAUTCHUK, 2017, p. 11).

Vale retomar um exemplo: na medida em que um número significativo de vegetais na horta assementam, as agricultoras retiram-se de tais espaços, e esse processo de retirada provoca um aumento substancial no tamanho das plantas, que agora não estão mais sujeitas às ações de poda, de colheita, de capinar etc. O *deixar se fazer* na horta faz com que as plantas somente assementem. Assim, pode-se dizer que a retirada das ações das agricultoras das hortas faz com que as próprias hortas assumam a função de banco de sementes, que, de outro modo, estaria alocado em práticas (positivas e diretas) como o armazenamento em garrafas PET ou em congeladores. O *deixar de fazer* nas capoeiras também pode ser tomado como uma ação negativa indireta que “faz

algo fazer algo”, ou seja, faz a roça regenerar o próprio solo, em parte reconfigurado pelo brotamento de ervas daninhas.

Ao desdobrar o *deixar de fazer* e o *deixar se fazer*, pode-se sistematizar quais são os sentidos presentes nos diferentes desenvolvimentos de radites no Assentamento 12 de Julho. A mirada etnográfica permite perceber como plantas similares existem de modos bastante distintos, de acordo com as formas de espaço e produção em que crescem. Por isso, é frutífera a sintetização dessas diferenças em uma tabela.

Tabela 1. Dois modos de ações domesticadoras. As qualificações e sistematização do *Deixar de fazer* e do *Deixar se fazer*.

	Deixar de fazer	Deixar se fazer
Espaço atual	Capoeira	Horta Abandonada
Espaço que foi abandonado	Roça	Horta
Observação	Não é observado	Observado cotidianamente
Tipo de Radite	Radite Daninha	Radite Salada
Resulta em...	Plantas comestíveis	Plantas comestíveis e em bancos de sementes
Ação humana	Abandono e coleta	Abandono e coleta

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *deixar de fazer* e o *deixar se fazer*, como ações domesticadoras, são ações técnicas, variadas em seus modos, segundo escolhas técnicas realizadas na ampla gama de possibilidade de ações possíveis em uma relação de domesticação. Não só são geradas, como são também geradoras de biodiversidade doméstica no Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho, resultado de uma postura analítica preocupada não com o porquê, mas com o

como essa biodiversidade ocorre no conjunto de ações interativas entre agricultoras e plantas. Assim sendo, a biodiversidade desse assentamento decorre de uma tecnodiversidade (HUI, 2020), bem como gera diversidade técnica. Em outros termos, são maneiras de agir que criam biodiversidade técnica e vegetal.

No início deste texto, as ações abordadas foram definidas como ações domesticadoras nos termos de Digard. Nesse sentido, são ações relacionais que geram modificações profundas nas espécies não humanas e nas organizações sociais que englobam os seres humanos envolvidos nessas relações. A descrição por menorizada dos modos de ação ocorridos nos processos de interações entre as agricultoras e os vegetais da paisagem assentada demonstrou que a diversidade de plantas existente e a potencialidade de emergência de biodiversidade estão inter-relacionadas com a heterogeneidade de técnicas, ações domesticadoras e práticas no 12 de Julho. Foram descritas plantas e técnicas diferenciadas, e, nesse sentido, ao se descreverem as ações de domesticação em termos de processos e interações, podem-se ver não só as possíveis modificações vegetais, mas as ações técnicas e, portanto, sociais, que emergem em tal relação.

Por outro lado, diversidade, aqui descrita, é, ao mesmo tempo, diversidade vegetal e uma tecnodiversidade, descrição analítica que se assemelha às de Haudricourt sobre os inhames da Nova Caledônia, para quem as hortas não apresentam apenas uma diversidade cognitiva, mas também, e principalmente, diversidade de ações técnicas. Saliento ainda que, para além das tipologias locais, expostas na primeira seção, neste artigo realizou-se a qualificação por meios de ações, o que nos permite agora argumentar que as relações estabelecidas pelas agricultoras com os diferentes meios do território assentado (mata, horta, horta abandonada e capoeira) são objetificadas nas plantas, na radite salada e na radite daninha, por meio de operações técnicas relativas a elas, na tecnicidade de cada uma. Ademais, argumento que as concretizações técnicas nas radites não são compreendidas

em termos de qualidade consumida, mas de qualidade operativa. Como consequência, o foco não está alocado nas intencionalidades e no resultado obtido ou objetivado; porém, nos processos, nas operações técnicas alocados em modos indiretos de ações não intencionais.

REFERÊNCIAS

CABRAL DE OLIVEIRA, Joana *et al.* *Voices vegetais: resistências e história da floresta*. São Paulo: Ubu Editora/IRD, 2020.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antidomestication in the Amazon Swidden and its foes. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 9, n. 1, p. 126-136, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1086/703870>.

DICKEL, Simone Lopes. *Terras da Annoni: entre a propriedade e a função social*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

DIGARD, Jean-Pierre. A biodiversidade doméstica, uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. *Anuário Antropológico*, v. 37, n. 2, p. 205-223, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6898>. Acesso em: 26 mar. 2022.

DIGARD, Jean-Pierre. La domestication animale revisitée par l'anthropologie. *Ethnozootechnie*, n. 71, p. 33-44, 2003.

FERNANDES, Bernardo. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *Debates*, Ano IX, n. 24, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

FERNANDES, Bernardo. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil. *Revista NERA*, v. 1, n.1, p. 02-44, 1998. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FERRET, Carole. Towards an anthropology of action: from pastoral

techniques to modes of action. *Journal of Material Culture*, v. 19 n. 3, p. 279-302, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1359183514540065>.

HAUDRICOURT, André-Georges. Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro. *Série Tradução*, n. 7, PPGAS/DAN, 2013 [1962]. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/serie-traducao/Serie_Traducao07.pdf. Acesso em: 26 mar. 2022.

HAUDRICOURT, André-Georges. Nature et culture dans la civilisation de l'igname : l'origine des clones et des clans. *L'Homme*, v. 4, n.1, p. 93-104, 1964. DOI: <https://doi.org/10.3406/hom.1964.366613>.

HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Introdução. Técnica e/em/como transformação. In: SAUTCHUK, Carlos Emanuel (org.). *Técnica e Transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017, p. 11-36.

SIGAUT, François. Technology. In: INGOLD, Tim (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1994, p. 420-459.